Companhia Energética Estreito S.A.

Demonstrações Contábeis
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2019 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Orestes Guimarães, 538,
6º andar, salas 602, 603 e 604
89204-060 - Joinville - SC
Brasil

Tel.: + 55 (47) 3025-5155
Fax: + 55 (47) 3328-5155
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da
Companhia Energética Estreito S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Energética Estreito S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Energética Estreito S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 8 de maio de 2020

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Fernando de S. Leite
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR 050422/O-3

© 2020. Para mais informações, contate a Deloitte Touche Tohmatsu Limited.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO S.A.

Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

CNPJ N° 08.976.022/0001-01
NIRE N° 42 3 0003519-0
Endereço: Rua Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 - Agronômica - Florianópolis – SC – CEP 88025-255

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Companhia Energética Estreito ("CEE" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2019. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

Constituída em 05.07.2007 e sediada no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC), a CEE detém uma participação de 40,07% no Consórcio Estreito Energia ("Ceste"), criado em 05.11.2002, para a implantação e exploração do Aproveitamento Hidrelétrico Estreito ("UHE Estreito" ou "Usina").

Os demais consorciados do Ceste são: Vale S.A. (30,00%), Estreito Energia S.A. (25,49%) - empresa do Grupo Alcoa -, e a Intercement Brasil S.A. – entidade do Grupo Camargo Corrêa (4,44%). A liderança do consórcio é exercida pela CEE.

A Usina está localizada no Rio Tocantins, na divisa dos estados de Tocantins (TO) e Maranhão (MA), e tem capacidade instalada de 1.087,0 MW e energia assegurada de 641,1 MW médios.

A concessão da UHE Estreito é compartilhada entre as consorciadas na proporção de suas respectivas participações no consórcio.

A parcela de energia que a CEE faz jus por sua participação no Ceste, correspondente a 256,9 MW médios, foi vendida em outubro de 2007 no 5° Leilão de Energia Nova, por um período de 30 anos, iniciado em janeiro de 2012, para empresas distribuidoras de energia elétrica que participam do Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

2. Controle Acionário

A CEE é controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"). Sediada em Florianópolis, a EBE é uma operadora de infraestruturas em energia, atuante nas atividades de geração centralizada e distribuída, comercialização, *trading*, transmissão de energia e transporte de gás.

3. Ambiente Macroeconômico

Ao longo de 2019, a economia brasileira deu alguns sinais de retomada do crescimento, ainda que em ritmo mais lento que o esperado. Em dezembro de 2019, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou incremento de 1,1%, mesmo índice apresentado em 2018.

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), fechou o ano de 2019 em 4,31%, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A taxa segue acima do centro meta de 4,25%, porém dentro do limite de variação de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo, definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Em 2018, o IPCA foi 3,75%.

A taxa básica de juros (SELIC) chegou ao final do ano em seu menor patamar histórico: 4,5% a.a., enquanto o dólar (Ptax) fechou o ano cotado a R$ 4,03 – 4,0% de valorização quando comparado a 2018.

4. Desempenho Operacional

Em 2019, a geração total bruta da UHE Estreito foi de 3.739,6 GWh, 2,5% superior aos 3.649,0 GWh gerados em 2018. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingido no ano em análise foi de 99,8%, 0,2 p.p. acima do obtido no ano de 2018, que foi de 99,6%. Quando consideradas todas as paradas, a disponibilidade global em 2019 foi de 96,6%, 1,6 p.p. abaixo do registrado em 2018, de 98,2%.

5. Desempenho Econômico-financeiro

a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

Indicadores de resultado	2019	2018	Variação %
Receita líquida de vendas	515.054	543.622	(5,3)
Lucro bruto	293.450	312.979	(6,2)
Margem bruta	57,0%	57,6%	(0,6) p.p.
Resultado do serviço (Ebit)	292.595	312.378	(6,3)
Ebitda (Lajida)	393.116	412.779	(4,8)
Margem Ebitda (Lajida)	76,3%	75,9%	0,4 p.p.
Resultado financeiro	(73.031)	(84.284)	(13,4)
Lucro líquido do exercício	183.125	190.623	(3,9)

b) Comentários sobre o desempenho econômico-financeiro

Comparando-se o exercício de 2019 e 2018 houve redução da receita líquida de vendas em decorrência da menor compra de energia. Apesar da maior geração no período e dos efeitos da inflação nos contratos mantidos pela Companhia, em 2018 foram efetuadas compras de energia para revenda, as quais foram reduzidas em 2019. Adicionalmente, houve queda da receita nas operações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e aumento dos custos relacionados a transações neste mercado.

A Companhia em 2019 teve um resultado financeiro mais favorável devido a redução nos juros e variação monetária da dívida.

6. Recursos Humanos

Ao final de 2019, o Ceste contava com 25 empregados, dois a menos que o número registrado ao final de 2018. CEE não tem quadro de empregados.

7. Direito dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 95% do lucro líquido ajustado. Contudo, em decorrência das condicionantes pactuadas para o financiamento destinado à implantação da Usina e de seu respectivo sistema de transmissão associado, a Companhia não realizará distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido ajustado, sem prévia e expressa autorização do BNDES e dos demais Agentes Financeiros; de fiscalizar a administração da Companhia; de preferência na subscrição de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

8. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2019.

9. Agradecimentos

A Administração da CEE agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2019.

A Administração

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO S.A.
CNPJ N° 08.976.022/0001-01 | NIRE N° 42 3 0003519-0
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

ATIVO			
	Nota	**31.12.2019**	**31.12.2018**
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	208.409	171.176
Contas a receber de clientes	5	116.201	115.970
Depósitos vinculados	6	2.592	2.474
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	7	2.073	2.073
Outros ativos circulantes		5.028	7.194
		334.303	**298.887**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Realizável a longo prazo			
Depósitos vinculados	6	52.797	56.165
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	7	25.398	27.471
Outros ativos não circulantes		200	103
		78.395	**83.739**
Imobilizado	**8**	**1.800.706**	**1.894.194**
Intangível	**9**	**30.622**	**32.407**
Direito de uso de arrendamento		**439**	**-**
		1.910.162	**2.010.340**
TOTAL		**2.244.465**	**2.309.227**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO S.A.
CNPJ N° 08.976.022/0001-01 | NIRE N° 42 3 0003519-0
BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	9.001	7.561
Financiamentos	12	95.550	95.493
Concessão a pagar	13	6.128	5.880
Imposto de renda e contribuição social a pagar		7.742	12.553
Provisões para compromissos socioambientais	14	4.958	5.146
Outros passivos circulantes		8.220	10.001
		131.599	**136.634**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	10	6.388	6.240
Financiamentos	12	811.006	900.906
Concessão a pagar	13	49.059	48.199
Provisões para compromissos socioambientais	14	10.869	15.150
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	88.574	76.592
Outros passivos não circulantes		10.733	13.898
		976.629	**1.060.985**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**16**		
Capital social		920.380	920.380
Reservas de lucros		215.857	191.228
		1.136.237	**1.111.608**
TOTAL		**2.244.465**	**2.309.227**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO S.A.
CNPJ N° 08.976.022/0001-01 | NIRE N° 42 3 0003519-0
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	Nota	31.12.2019	31.12.2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**18**	**515.054**	**543.622**
Custos da energia vendida			
Energia elétrica comprada para revenda		(19.352)	(47.482)
Transações no mercado de energia de curto prazo		(23.830)	(8.816)
Encargos de uso da rede elétrica e de conexão		(41.719)	(40.143)
Serviços de terceiros		(18.768)	(19.401)
Depreciação e amortização	8/9	(100.397)	(100.401)
Compensação financeira na utilização de recursos hídricos		(8.059)	(7.602)
Outros		(9.479)	(6.798)
		(221.604)	**(230.643)**
LUCRO BRUTO		**293.450**	**312.979**
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas com vendas		(210)	(189)
Despesas gerais e administrativas		(649)	(416)
Outras receitas operacionais, líquidas		4	4
		(855)	**(601)**
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		**292.595**	**312.378**
Resultado financeiro	**19**		
Receitas financeiras		14.206	14.999
Despesas financeiras		(87.237)	(99.283)
		(73.031)	**(84.284)**
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**219.564**	**228.094**
Imposto de renda e contribuição social	**20**		
Corrente		(24.457)	(25.552)
Diferido		(11.982)	(11.919)
		(36.439)	**(37.471)**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**183.125**	**190.623**
LUCRO POR AÇÃO (EM REAIS)		**0,20**	**0,21**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**183.125**	**190.623**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**183.125**	**190.623**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO S.A.
CNPJ N° 08.976.022/0001-01 | NIRE N° 42 3 0003519-0
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

			Reservas de lucros				
	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reservas de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31.12.2017		**920.380**	**18.705**	**27.580**	**100.216**	**-**	**1.066.881**
Dividendos intermediários	17	-	-	-	(100.216)	-	(100.216)
Dividendos intercalares	17	-	-	-	-	(45.680)	(45.680)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	190.623	190.623
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	9.530	-	-	(9.530)	-
- Reserva de incentivos fiscais		-	-	39.867	-	(39.867)	-
- Reserva de retenção de lucros		-	-	-	95.546	(95.546)	-
Saldos em 31.12.2018	**16**	**920.380**	**28.235**	**67.447**	**95.546**	**-**	**1.111.608**
Dividendos intermediários	17	-	-	-	(95.546)	-	(95.546)
Dividendos intercalares	17	-	-	-	-	(62.950)	(62.950)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	183.125	183.125
Destinações propostas à AGO:							
- Reserva legal		-	9.156	-	-	(9.156)	-
- Reserva de incentivos fiscais		-	-	38.218	-	(38.218)	-
- Reserva de retenção de lucros		-	-	-	72.801	(72.801)	-
Saldos em 31.12.2019	**16**	**920.380**	**37.391**	**105.665**	**72.801**	**-**	**1.136.237**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

COMPANHIA ENERGÉTICA ESTREITO S.A.
CNPJ N° 08.976.022/0001-01 | NIRE N° 42 3 0003519-0
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em milhares de reais)

	31.12.2019	31.12.2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	219.564	228.094
Conciliação do lucro com o caixa gerado nas operações:		
Depreciação e amortização	100.521	100.401
Variação monetária	4.853	9.236
Juros	77.629	83.412
Outros	(563)	(28)
Lucro antes dos tributos ajustado	**402.004**	**421.115**
(Aumento) redução nos ativos		
Contas a receber de clientes	1.279	(46.965)
Depósitos vinculados	(216)	(721)
Repactuação de risco hidrológico a apropriar	2.073	2.073
Outros ativos	(473)	2.794
(Redução) aumento nos passivos		
Fornecedores	1.588	(2.979)
Outros passivos	(4.580)	3.653
Caixa gerado pelas operações	**401.675**	**378.970**
Pagamento de juros sobre financiamentos	(76.408)	(85.014)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(26.847)	(10.936)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**298.420**	**283.020**
Atividades de investimento		
Aplicação no imobilizado e intangível	(9.594)	(7.425)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(9.594)**	**(7.425)**
Atividades de financiamento		
Financiamentos pagos	(92.635)	(94.912)
Parcelas de concessão pagas	(6.399)	(6.156)
Dividendos pagos	(158.496)	(171.100)
Depósitos vinculados ao serviço da dívida	5.942	7.726
Outros	(5)	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(251.593)**	**(264.442)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**37.233**	**11.153**
Conciliação do caixa e equivalentes de caixa		
Saldo inicial	171.176	160.023
Saldo final	208.409	171.176
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**37.233**	**11.153**
Transações que não envolveram caixa e equivalentes de caixa		
Adoção inicial – IFRS 16/CPC 06 (R2)	563	-
Estimativa para desembolsos futuros para aplicação no imobilizado	(4.470)	(3.438)
Compensação de imposto de renda e contribuição social	(2.697)	(3.873)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Energética Estreito ("CEE" ou "Companhia") é concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, com sede no município de Florianópolis, estado de Santa Catarina (SC).

Constituída em 05.07.2007, tem como objetivo: (i) realizar estudos, projetos, construção, financiamento e operação de usinas produtoras e de linhas de transmissão de qualquer tipo de energia, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades, observadas as formalidades legais; (ii) gerar, comercializar e distribuir qualquer tipo de energia, observadas as formalidades legais; (iii) participar e/ou controlar, como sócio, quotista ou acionista, de outras empresas do setor energético ou a ele vinculado, podendo promover fusões, incorporações, cisões ou outras formas de associações de empresas; e (iv) intermediar e operacionalizar negócios no país e no exterior e prestar consultoria e assessoria de negócios, inclusive para importação e exportação de bens e serviços.

A Companhia participa do Consórcio Estreito Energia ("Ceste"), na proporção de 40,07%, criado para a implantação e exploração da Usina Hidrelétrica Estreito ("UHE Estreito"). Também são consorciadas a Vale S.A. (30%), a Estreito Energia S.A. (25,49%) - empresa do Grupo Alcoa - e a Intercement Brasil S.A. - entidade do Grupo Camargo Corrêa (4,44%).

A UHE Estreito está localizada na divisa entre os estados de Tocantins e Maranhão e possui capacidade instalada total de 1.087,0 MW[1], sendo 435,6 MW pertencentes à CEE. O prazo da concessão é de 35 anos, sendo seu vencimento em novembro de 2037. A energia elétrica produzida pela usina é utilizada ou comercializada diretamente pelas Consorciadas.

Os administradores da CEE renunciaram ao direito de receber qualquer remuneração. A Administração da Companhia é conduzida pela controladora, ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "EBE"), com a qual mantém contrato de prestação de serviços.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas com base na continuidade operacional e em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), sendo utilizado o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, e o real como moeda funcional.

Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na gestão das atividades da Companhia.

[1]As informações não financeiras contidas nestas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, número de funcionários, entre outras, não são examinadas pelos auditores independentes.

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas pela Diretoria Executiva em 08.05.2020.

NOTA 3 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Instrumentos financeiros

a.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

a.2) Contas a receber de clientes

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registrados pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado.

a.3) Depósitos vinculados

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

a.4) Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

a.5) Concessão a pagar

Corresponde as obrigações financeiras contratuais de pagamentos pela outorga onerosa da concessão de usina hidrelétrica. Foi registrada inicialmente pelo valor presente das parcelas a pagar ao longo do prazo da concessão e, subsequentemente, pelo custo amortizado com base na taxa de juros utilizada para o cálculo do valor presente.

b) Imobilizado

Os ativos que compõem o imobilizado estão registrados ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens. Os investimentos iniciais nos ativos de geração são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão da usina. As taxas médias anuais de depreciação dos ativos da Companhia, considerando a mencionada limitação da vida útil, estão demonstradas na Nota 8 – Imobilizado.

c) Intangível

São registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo dos intangíveis adquiridos, reduzidos da amortização acumulada apurada pelo método linear. Esses intangíveis possuem vidas úteis definidas com base nos contratos comerciais e no de concessão.

d) Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

e) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são registrados ao custo de aquisição. As demais obrigações são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

f) Transações entre partes relacionadas

As transações de compra e de venda de energia e de prestação de serviços são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, e são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

g) Reconhecimento da receita de venda de energia

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia, consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

h) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

São segregados no balanço patrimonial e no resultado entre impostos correntes e diferidos.

h.1) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados de acordo com as bases tributárias e as alíquotas vigentes na data da apresentação das demonstrações contábeis.

O benefício fiscal da redução de imposto de renda, para empreendimentos construídos em região incentivada, é reconhecido como redutor da despesa de imposto de renda e transferido da rubrica "Lucros acumulados" para "Reserva de incentivos fiscais", no patrimônio líquido.

h.2) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas nos exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo "não circulante", independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

i) Operações controladas em conjunto

A CEE detém uma participação de 40,07% no Ceste para a implantação e exploração da UHE Estreito. Desta forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relativas a estas operações são reconhecidas diretamente nas demonstrações contábeis da Companhia, não sendo necessário, portanto, nenhum procedimento de consolidação dessas operações.

j) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. Para apurar essas estimativas, a Administração utiliza as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas relativas, principalmente, à vida útil do ativo imobilizado.

k) Novas normas, alterações e interpretações

A partir de 01.01.2019, estão vigentes as seguintes normas e alterações: (i) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16); (ii) Alterações no CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto (IAS 28); (iii) Alterações no CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados (IAS 19); (iv) Alterações no CPC 48 – Instrumentos financeiros (IFRS 9); (v) ICPC 22 – Incertezas sobre tratamentos de tributos sobre o lucro (IFRIC 23); e (vi) Revisão anual do CPC n° 13/2018 (IASB ciclo 2015-2017).

A adoção dessas novas normas e alterações não resultou em impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, exceto pelas alterações no CPC 06 (R2), cujos impactos estão apresentados abaixo.

k.1) Alterações no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil (IFRS 16)

As alterações no CPC 06 (R2) introduziram exigências para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos. A norma alterada estabelece que os arrendatários devem reconhecer o passivo decorrente dos pagamentos futuros dos contratos de arrendamento, em contrapartida do direito de uso do ativo arrendado.

A definição de arrendamento abrange todos os contratos que conferem direito ao uso e controle de um ativo identificável, incluindo contratos de locação e, potencialmente, alguns componentes de contratos de prestação de serviços.

A Companhia realizou a análise de seus contratos e identificou como escopo da norma os contratos de arrendamento de imóveis, torre de linha de transmissão e veículos. A partir de 01.01.2019, tais contratos de arrendamento foram reconhecidos como um direito de uso do ativo em contrapartida de um passivo de arrendamento.

Conforme previsto no pronunciamento, a Companhia aplicou a abordagem de transição simplificada e não irá reapresentar os valores comparativos do ano anterior à primeira adoção (01.01.2019). Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor dos passivos de arrendamentos no momento da adoção, acrescidos dos pagamentos antecipados realizados até a data de adoção do CPC 06 (R2).

Como resultado da adoção das novas regras, a Companhia reconheceu, em 01.01.2019, ativo de direito de uso e passivo de arrendamento no valor de R$ 563. Em 31.12.2019, o saldo de passivo de arrendamento foi de R$ 439, sendo apresentado R$ 114 em "Outros passivos circulantes" e R$325 em "Outros passivos não circulantes".

A apuração desses valores considerou a utilização de julgamentos e estimativas, tais como a definição das taxas de desconto e outros aspectos que necessitaram de avaliação para a mensuração.

l) Novas normas, alterações e interpretações com vigência a partir de 01.01.2020

As normas e interpretações novas ou alteradas emitidas e que ainda não estão em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são: (i) Revisão anual do CPC n° 14/2019; (ii) Alterações no CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro; e (iii) IFRS 17 – Contratos de seguro. A Companhia não estima impactos significativos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção destas normas e interpretações novas ou alteradas.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e depósitos bancários à vista	**314**	**1.686**
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	208.095	169.490
	208.409	**171.176**

A Companhia é participante do Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, concentrando suas aplicações financeiras neste fundo. As operações realizadas pelo fundo possuem liquidez imediata, são remuneradas pela Selic e estão lastreadas em títulos públicos federais.

NOTA 5 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31.12.2019	31.12.2018
Distribuidoras	63.047	62.584
Transações realizadas na CCEE[2]	53.171	53.403
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(17)	(17)
	116.201	**115.970**

O prazo médio de recebimento da energia vendida por meio de contratos é de aproximadamente 30 dias, contados do primeiro dia do mês subsequente à venda, enquanto o prazo dos valores liquidados na CCEE é de aproximadamente 45 dias. Não há valores vencidos em 31.12.2019 que não estejam considerados nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa.

[2] Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

NOTA 6 – DEPÓSITOS VINCULADOS

	31.12.2019	31.12.2018
Garantias de posição devedora na CCEE	2.592	2.474
Ativo circulante	**2.592**	**2.474**
Garantias de financiamento	46.410	49.924
Outros	6.387	6.241
Ativo não circulante	**52.797**	**56.165**
	55.389	**58.639**

As garantias de financiamento referem-se ao valor aplicado em conta reserva para garantir o pagamento dos serviços da dívida, em cumprimento às exigências contidas no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

NOTA 7 – REPACTUAÇÃO DE RISCO HIDROLÓGICO A APROPRIAR

Em dezembro de 2015, a Aneel concedeu anuência ao acordo de repactuação do risco hidrológico relativo à energia que estava vendida no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). Como condição para a adesão ao referido acordo, a Companhia formalizou a desistência de qualquer disputa judicial com a Aneel que impedia a aplicação direta do mecanismo de redução de garantia física, denominado *Generation Scaling Factor* (GSF).

As regras da repactuação estabeleceram opções de escolha do nível de risco hidrológico a ser assumido pelos geradores que, em contrapartida, assumiram o compromisso de pagar um prêmio de risco definido pela Aneel ao longo do prazo do contrato de venda de energia no ACR. Com base no novo patamar de risco definido nos termos da repactuação, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um excedente de pagamento em relação ao valor apurado, cujo montante vem sendo compensado com os "prêmios de risco" devidos pela Companhia, calculados a valor presente.

a) Mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2017	**2.073**	**29.544**	**31.617**
Transferências	2.073	(2.073)	-
Amortização do prêmio de risco	(2.073)	-	(2.073)
Saldos em 31.12.2018	**2.073**	**27.471**	**29.544**
Transferências	2.073	(2.073)	-
Amortização do prêmio de risco	(2.073)	-	(2.073)
Saldos em 31.12.2019	**2.073**	**25.398**	**27.471**

b) Perfil de realização da repactuação de risco hidrológico apresentada no não circulante

Ano	Valor
2021	2.073
2022	2.073
2023	2.073
2024	2.073
2025 a 2029	10.366
2030 em diante	6.740
	25.398

NOTA 8 – IMOBILIZADO

a) Composição

		31.12.2019			31.12.2018
	Taxa média de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,8%	1.680.047	(507.463)	1.172.584	1.235.487
Edificações e benfeitorias	3,7%	33.231	(9.696)	23.535	24.202
Máquinas e equipamentos	3,9%	853.275	(254.622)	598.653	629.224
Móveis e utensílios	6,2%	222	(57)	165	170
Veículos	14,3%	476	(376)	100	163
		2.567.251	**(772.214)**	**1.795.037**	**1.889.246**
Em curso		**5.669**	**-**	**5.669**	**4.948**
		2.572.920	**(772.214)**	**1.800.706**	**1.894.194**

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31.12.2019 a Administração da Companhia avalia que não há indicadores que resultem na necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos.

b) Mutação

	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Em curso	Total
Saldos em 31.12.2017	**1.298.927**	**25.391**	**661.891**	**408**	**2.144**	**1.988.761**
Ingressos	-	-	-	-	3.964	3.964
Transferências	202	45	908	5	(1.160)	-
Depreciação	(63.642)	(1.234)	(33.575)	(80)	-	(98.531)
Saldos em 31.12.2018	**1.235.487**	**24.202**	**629.224**	**333**	**4.948**	**1.894.194**
Ingressos	-	-	-	-	5.071	5.071
Transferências	785	570	2.981	14	(4.350)	-
Depreciação	(63.688)	(1.237)	(33.552)	(82)	-	(98.559)
Saldos em 31.12.2019	**1.172.584**	**23.535**	**598.653**	**265**	**5.669**	**1.800.706**

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original da Usina

A Administração da Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei n° 8.987/95 e do Decreto n° 2.003/96, considera que não há total garantia quanto à indenização pelo Poder Concedente do valor residual dos bens que integram o Projeto Original.

Dessa forma, estes ativos são depreciados com base nas taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão, embora, a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da sua renovação.

Não há saldos de ativos totalmente depreciados em 31.12.2019 e em 31.12.2018.

d) Autorização do Órgão Regulador

O Consórcio Estreito, do qual a Companhia faz parte, é detentor da concessão para exploração de energia elétrica da UHE Estreito, com capacidade instalada de 1.087 MW, pelo prazo de 35 anos, a contar da data de 26.11.2002.

e) Indisponibilidade dos bens

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n° 41.019, de 26.02.1957, os bens e as instalações utilizados na produção de energia elétrica, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

NOTA 9 – INTANGÍVEL

a) Composição

		31.12.2019			31.12.2018
	Taxa média de amortização %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de concessão	4,1	43.137	(13.827)	29.310	31.066
Direito de uso de servidão	3,9	24.701	(23.389)	1.312	1.341
		67.838	**(37.216)**	**30.622**	**32.407**

b) Mutação

Saldo em 31.12.2017	**34.254**
Ingresso	23
Amortização	(1.870)
Saldo em 31.12.2018	**32.407**
Ingresso	53
Amortização	(1.838)
Saldo em 31.12.2019	**30.622**

c) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment)*

A Companhia avalia, no mínimo anualmente, a existência de eventos que possam levar à perda de valores não recuperáveis dos intangíveis. Em 2019, não houve quaisquer indicativos que resultaram na redução do valor recuperável dos intangíveis da Companhia.

NOTA 10 – FORNECEDORES

	31.12.2019	31.12.2018
Fornecedores de materiais e serviços	9.589	9.943
Encargos de uso da rede elétrica	4.078	3.858
Energia elétrica comprada para revenda	1.722	-
	15.389	**13.801**
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante	9.001	7.561
Passivo não circulante	6.388	6.240
	15.389	**13.801**

NOTA 11 – GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação de riscos dos seus negócios, segue integralmente as regras do Comitê de Gerenciamento de Riscos da ENGIE Brasil Energia S.A., sua controladora indireta. Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um destes fatores de risco:

a) Risco de mercado

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicadas aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras.

A Companhia está exposta à taxa de juros e índices flutuantes relacionados às variações da TJLP e do IPCA, em decorrência dos saldos totais de financiamentos e concessão a pagar, respectivamente.

A seguir é apresentado análise de sensibilidade preparada pela Companhia. O cenário-base provável para o ano de 2020 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

			Sensibilidade		
Risco de variação das taxas de juros e índices	**Variação 2019**	**Cenário Provável 2020**	**Provável**	**Δ + 25% (*)**	**Δ + 50% (*)**
TJLP	6,2%	5,57%	-0,6 p.p.	-1,4 p.p.	-2,8 p.p.
IPCA	4,3%	3,60%	-0,7 p.p.	-0,9 p.p.	-1,8 p.p.

(*) Variações sobre o cenário provável de 2020.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2019 e os previstos no cenário provável para 2020, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável para 2020. As variações que poderão impactar o resultado, e, consequentemente, o patrimônio líquido consolidados de 2020, em comparação com o ano de 2019, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em 31.12.2019	Sensibilidade		
		Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos				
TJLP	906.556	(5.220)	11.774	23.893
Concessão				
IPCA	55.187	(298)	511	1.022

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação e IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo.

b) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

Nas operações relacionadas à venda de energia, os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e não há histórico de perdas por inadimplência relevante nas operações da Companhia. Adicionalmente, sua controladora ENGIE Brasil Energia realiza análise de crédito de todos os clientes, de acordo com sua Política de Crédito. A Companhia segue integralmente as regras desta Política de Crédito.

No que tange à aplicação no mercado financeiro, os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2019, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária. De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

c) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

d) Risco hidrológico

O suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado, na sua maior parte, por usinas hidrelétricas. Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado e centralizado pelo ONS, cada usina hidrelétrica está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País.

A ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Entretanto, quase a totalidade da capacidade de geração hidrelétrica da Companhia está inserida no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) que distribui o risco hidrológico por todas as usinas vinculadas a ele.

Ainda com o objetivo de reduzir este risco, em dezembro de 2015, a Companhia aderiu ao acordo de repactuação do risco hidrológico relativo à energia que estava vendida no ACR. Para maiores informações, vide Nota 7 – Repactuação de risco hidrológico a apropriar.

A garantia física da Usina é de 641,1 MW médios, sendo 256,9 MW médios pertencentes à CEE. No acordo retromencionado foram repactuados 247,1 MW médios, dos quais 224,9 MW médios (91%) estão protegidos do risco hidrológico.

e) Categoria dos instrumentos financeiros

	31.12.2019	31.12.2018
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras	208.095	169.490
Custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	314	1.686
Contas a receber de clientes	116.201	115.970
Depósitos vinculados	55.389	58.639
	379.999	**345.785**
Passivos financeiros		
Custo amortizado		
Fornecedores	15.389	13.801
Financiamentos	906.556	996.399
Concessão a pagar	55.187	54.079
	977.132	**1.064.279**

As aplicações financeiras estão avaliadas pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

NOTA 12 – FINANCIAMENTOS

a) Composição

	31.12.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	56.808	482.931	539.739	56.793	536.668	593.461
Repasse BNDES[3]	38.742	328.075	366.817	38.700	364.238	402.938
	95.550	**811.006**	**906.556**	**95.493**	**900.906**	**996.399**

[3] Os bancos – Repasse BNDES – são Itaú, Banco Bradesco e Banco Votorantim.

b) Mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2017	**98.431**	**986.478**	**1.084.909**
Transferências	92.063	(92.063)	-
Juros	84.260	-	84.260
Variações monetárias	665	6.491	7.156
Amortização do principal	(94.912)	-	(94.912)
Amortização dos juros	(85.014)	-	(85.014)
Saldos em 31.12.2018	**95.493**	**900.906**	**996.399**
Transferências	92.614	(92.614)	-
Juros	76.611	-	76.611
Variações monetárias	(125)	2.714	2.589
Amortização do principal	(92.635)	-	(92.635)
Amortização dos juros	(76.408)	-	(76.408)
Saldos em 31.12.2019	**95.550**	**811.006**	**906.556**

c) Vencimentos do financiamento apresentado no passivo não circulante

Ano	Valor
2021	92.686
2022	92.686
2023	92.686
2024	92.686
2025	92.686
2026 a 2029	347.576
	811.006

d) Condições contratadas

		Condições de pagamento		
	Encargos	Vencimento	Principal e encargos	Saldos em 31.12.2019
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. [(a)]	09.2029	Mensais	539.739
Repasse BNDES	TJLP + 2,95% a.a. [(a)]	09.2029	Mensais	366.817

[(a)] O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

e) Garantias

As garantias dos financiamentos são: (i) penhor de direitos emergentes da concessão; (ii) penhor das ações da Companhia; (iii) conta reserva com um montante depositado equivalente a três meses do serviço da dívida acrescido do valor de três meses de pagamento do contrato de operação e manutenção do projeto; (iv) carta de fiança corporativa da ENGIE Brasil Energia; e (v) o penhor dos dividendos a serem pagos pela ENGIE Brasil Energia à ENGIE Brasil Participações Ltda.

f) Compromissos contratuais (*covenants*)

O compromisso estabelecido no contrato de financiamento com o BNDES corresponde ao Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") ≥ 1,2. No entanto, até que ocorra a exoneração da fiança corporativa da sua controladora ENGIE Brasil Energia S.A. (*completion* financeiro), a Companhia está dispensada do cumprimento da manutenção do ICSD, considerando que as obrigações decorrentes do financiamento são garantidas pela fiadora.

NOTA 13 – CONCESSÃO A PAGAR

A Companhia possui contrato de concessão com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica na UHE Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e a intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxa de desconto de referência na data da assunção da obrigação. A taxa de desconto utilizada para a concessão a pagar foi de 10% a.a., prevista no Edital de Concorrência para a licitação da concessão. As obrigações são atualizadas anualmente pelo IPCA.

a) Composição e mutação

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2017	**5.684**	**47.321**	**53.005**
Juros e variação monetária	-	7.230	7.230
Transferências	6.352	(6.352)	-
Amortizações	(6.156)	-	(6.156)
Saldos em 31.12.2018	**5.880**	**48.199**	**54.079**
Juros e variação monetária	-	7.507	7.507
Transferências	6.647	(6.647)	-
Amortizações	(6.399)	-	(6.399)
Saldos em 31.12.2019	**6.128**	**49.059**	**55.187**

b) Valores originais contratados

Os valores nominais e atualizados, em 31.12.2019, são os que seguem:

	Valor original		Valor atualizado	
	Pagamento Anual	Pagamento Total	Pagamento Anual	Pagamento Total
Até 31.01.2038	1.960	35.435	6.426	115.833

c) Vencimentos da concessão a pagar apresentada no passivo não circulante

Ano	Valor
2021	5.551
2022	5.046
2023	4.588
2024	4.169
2025	3.791
2026 a 2030	14.366
2031 a 2035	8.917
2036 a 2038	2.631
	49.059

NOTA 14 – PROVISÕES PARA COMPROMISSOS SOCIOAMBIENTAIS

Registra os compromissos socioambientais estabelecidos nas condicionantes estabelecidas nas licenças de instalação e operação da Usina. O saldo, circulante e não circulante, das provisões em 31.12.2019 é de R$ 15.827 (R$ 20.296 em 31.12.2018).

NOTA 15 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

a) Composição

	31.12.2019				31.12.2018
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Passivo:					
Depreciação acelerada	262.977	65.744	23.668	89.412	77.485
Ativo:					
Provisões	2.320	580	209	789	887
Outros	145	36	13	49	6
		616	**222**	**838**	**893**
Valor líquido		**65.128**	**23.446**	**88.574**	**76.592**

b) Expectativa de realização e de exigibilidade

	Ativo	Passivo
2021	222	-
2022	555	-
2023	61	-
2025 a 2027	-	12.773
2028 a 2030	-	19.160
2031 a 2033	-	19.160
2034 em diante	-	38.319
	838	**89.412**

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, em 31.12.2019 e 31.12.2018, é de R$ 920.380, representado por 920.380.416 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 920.380.411 pertencentes à ENGIE Brasil Energia e 5 de propriedade da ENGIE Brasil Energias Complementares Participações Ltda.

b) Reservas de lucros

A composição das reservas de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Reserva legal	37.391	28.235
Reserva de incentivos fiscais	105.665	67.447
Reserva de retenção de lucros	72.801	95.546
	215.857	**191.228**

b.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social.

b.2) Reserva de incentivos fiscais

A reserva é constituída mediante destinação da parcela do resultado do exercício equivalente ao benefício fiscal concedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Corresponde à redução de 75% no imposto de renda calculado sobre o lucro da exploração das atividades desenvolvidas pelas usinas detentoras do benefício.

b.3) Reserva de retenção de lucros

Em 31.12.2019, o valor de R$ 72.801 (R$ 95.546 em 31.12.2018) foi destinado a essa reserva para fazer frente aos compromissos financeiros futuros da Companhia.

NOTA 17 – DIVIDENDOS

Em 28.12.2018 e 25.09.2019, o BNDES anuiu a distribuição de dividendos até o limite de R$ 80.000 e R$ 79.220, respectivamente, já incluído o valor do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2018 e parte do resultado de 2019. Desta forma, em 2019, a Companhia destinou dividendos intercalares, no montante de R$ 62.950, correspondente a 34,4% do lucro líquido ajustado para fins de dividendos, sendo superior ao dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia. Por este motivo, não foi destinado valor para constituição deste dividendo mínimo obrigatório. Adicionalmente, foram distribuídos dividendos intermediários no montante de R$ 95.546. Os dividendos destinados foram pagos no decorrer de 2019.

a) Mutação dos dividendos a pagar

Saldo em 31.12.2017	**25.204**
Dividendos intercalares	45.680
Dividendos intermediários aprovados no exercício	100.216
Dividendos pagos no exercício corrente	(171.100)
Saldo em 31.12.2018	**-**
Dividendos intercalares	62.950
Dividendos intermediários aprovados no exercício	95.546
Dividendos pagos no exercício corrente	(158.496)
Saldo em 31.12.2019	**-**

b) Política de dividendos

A política de dividendos da Companhia estabelece que seus acionistas tenham direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a até 95% do lucro líquido ajustado do exercício. No entanto, em decorrência do financiamento junto ao BNDES, a Companhia não poderá realizar a distribuição de dividendos superior a 25% do lucro líquido ajustado sem autorização do BNDES. Essa obrigação será válida até a quitação integral do financiamento.

NOTA 18 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		
Suprimento de energia elétrica	537.220	547.124
Transações no mercado de curto prazo	33.716	55.652
	570.936	**602.776**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL		
PIS e Cofins	(52.811)	(55.547)
Pesquisa e desenvolvimento	(3.071)	(3.607)
	(55.882)	**(59.154)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**515.054**	**543.622**

NOTA 19 – RESULTADO FINANCEIRO

	2019	2018
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	9.938	8.869
Juros sobre valores a receber	1.567	3.012
Renda de depósitos vinculados	2.692	3.066
Outras receitas financeiras	9	52
	14.206	**14.999**
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária		
Financiamentos	79.200	91.416
Concessão a pagar	7.507	7.230
Outros	30	80
Outras despesas financeiras	500	557
	87.237	**99.283**
Despesas financeiras, líquidas	**73.031**	**84.284**

NOTA 20 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes dos tributos	**219.564**	**219.564**	**228.094**	**228.094**
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Despesa às alíquotas nominais	**(54.891)**	**(19.761)**	**(57.024)**	**(20.528)**
Diferenças permanentes				
Incentivos fiscais	38.218	-	39.867	-
Outros	3	(8)	216	(2)
	(16.670)	**(19.769)**	**(16.941)**	**(20.530)**
Composição dos tributos no resultado				
Corrente	(7.860)	(16.597)	(8.177)	(17.375)
Diferido	(8.810)	(3.172)	(8.764)	(3.155)
	(16.670)	**(19.769)**	**(16.941)**	**(20.530)**

NOTA 21 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos de longo prazo considerados relevantes:

a) Contrato de venda de energia elétrica

A Companhia participou do 5° Leilão de Energia Nova, realizado em outubro de 2007, no qual foi vendido para as distribuidoras de energia elétrica que participam do ACR, durante 30 anos, a partir de 01.01.2012, 256 MW médios. Em 31.12.2019, o saldo remanescente do contrato é de R$12.039.388 (R$12.096.958 em 31.12.2018).

b) Contrato de conexão

A Companhia mantém contrato de conexão com a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte). Em 31.12.2019, o valor dos compromissos futuros decorrentes dos contratos de conexão é de R$ 316 (R$ 308 em 31.12.2018).

c) Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema (ONS) para o uso do sistema de transmissão, cuja vigência é pelo prazo da concessão ou a extinção das empresas transmissoras, o que ocorrer primeiro. Em 31.12.2019, o saldo a realizar do contrato é de R$804.844 (R$807.890 em 31.12.2018).

d) Repactuação do risco hidrológico

Em dezembro de 2015, a Companhia aderiu a repactuação do risco hidrológico de usinas cuja energia foi comercializada no ACR. Esta repactuação se deu por meio da transferência do risco hidrológico ao consumidor, mediante pagamento de prêmio de risco pela Companhia.

Com base no novo patamar de risco definido, o GSF correspondente ao ano de 2015 foi recalculado, resultando em um montante pago a maior que vem sendo compensado com os prêmios de risco devidos pela Companhia, calculados a valor presente. Os pagamentos futuros estimados desses prêmios de risco, após a compensação dos referidos montantes, em 31.12.2019, é de R$26.579 (R$25.481 em 31.12.2018).

NOTA 22 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração dos administradores

Nos exercícios findos em 31.12.2019 e 31.12.2018 os administradores não receberam remuneração nem benefícios, em razão de renúncia a esse direito. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora ENGIE Brasil Energia e as despesas com tal remuneração compõem o preço da prestação de serviços administrativos, descrita a seguir.

b) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	Passivo		Ativo
	Fornecedor		
	Energia	Outros	Adiantamento
31.12.2019			
EBC[4]	1.722	-	2.101
EBE	-	553	-
	1.722	**553**	**2.101**
31.12.2018	**-**	**725**	**-**

[4] ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda.

	Receita Suprimento de energia	Custo Compra de energia	Despesa Serviços de terceiros
31.12.2019			
EBC	-	19.352	-
EBE	-	-	409
	-	**19.352**	**409**
31.12.2018	**30.758**	**47.480**	**8.539**

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente: (i) compra e venda de energia; e (ii) serviços de operação e manutenção da usina. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

c) Compra e venda de energia

A CEE possui contrato de compra de energia com a EBC, com o objetivo de recompor as perdas que ocorrem desde a geração até a interligação com o Sistema Interligado Nacional (SIN), no montante de 9 MW médios, cuja vigência é de 01.01.2012 a 31.12.2041 e a atualização se dá pelo IPCA. O compromisso futuro do contrato atualizado para 31.12.2019 é de R$ 446.424.

d) Operação e manutenção

A Companhia, por intermédio do Ceste, possui contrato com a ENGIE Brasil Energia, para serviços de operação e manutenção da UHE Estreito, com término em 28.04.2025, através do qual a ENGIE Brasil Energia se obriga a operar e efetuar as manutenções dos ativos do empreendimento. O valor contratual é reajustado anualmente com base em um mix dos índices IPCA (20%) e INPC (80%) e o saldo dos compromissos futuros, em 31.12.2019, é de R$151.224 (R$170.839 em 31.12.2018).

e) Garantias

A controladora ENGIE Brasil Energia é interveniente nos contratos de financiamento firmados pela Companhia com o BNDES e Bancos (Repasse BNDES), cedendo como garantia a totalidade das ações de emissão da CEE de sua propriedade. O valor total da dívida, em 31.12.2019, é R$ 906.556 (R$ 996.399 em 31.12.2018). Também relativo à este contrato de financiamento, a controladora emitiu carta fiança, na qualidade de devedor solidário e principal pagador de todas as obrigações decorrentes do contrato.

NOTA 23 – SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damaged Business Interruption* (PDBI) do programa de seguros do Grupo ENGIE. A vigência do seguro é até 31.05.2020 e o valor de cobertura é de R$ 1.429.636 relativa a danos materiais e R$ 272.626 relativa a lucros cessantes.

NOTA 24 – EVENTOS SUBSEQUENTES

A administração da Companhia está acompanhando os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e elaborou planos de ação para evitar a contaminação da equipe operacional e administrativa. Na data dessas demonstrações contábeis os negócios da Companhia estão autorizados pelos órgãos federativos a continuar operando. A Companhia está avaliando os possíveis impactos da pandemia e, nesta data, não identificou impactos significativos em seus saldos e suas operações.

(Nominata de assinaturas das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro 2019, da Companhia Energética Estreito S.A.).

DIRETORIA EXECUTIVA

Eduardo Antônio Gori Sattamini
Diretor Presidente

José Luiz Jansson Laydner
Direto Técnico-Operacional

Marcelo Cardoso Malta
Diretor Administrativo e Financeiro

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Paulo Roberto Keller de Negreiros
Gerente do Departamento de Contabilidade
Contador - CRC RS-068193/O-2 T-SC